

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA. SICOOB CREDITIROS

CNPJ: 42.880.617/0001-99 - Autorização Funcionamento - BACEN: 92000047897- Nire: 31400006109

Praça Santo Antonio,16 - Cep: 38.880-000 - Centro - Tiros/MG

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA. - SICOOB CREDITIROS na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDITIROS completou 28 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDITIROS obteve um resultado de R\$ 3.875.948,32 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15,73%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 53.610.540,94. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 92.831.444,95.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	50.711.225,10	54,63%
Carteira Comercial	42.120.219,85	45,37%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 21,86% da carteira, no montante de R\$ 20.296.082,72.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 82.955.481,97, apresentaram uma evolução de 67,33% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	35.605.215,53	42,92%
Depósitos a Prazo	46.435.868,76	55,98%
LCA	914.397,68	1,10%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 19,90% da captação, no montante de R\$ 16.511.928,33.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDITIROS era de R\$ 22.242.940,77. O quadro de associados era composto por 3.402 cooperados, havendo um acréscimo de 7,93% em relação a dezembro de 2019.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDITIROS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92,71% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDITIROS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDITIROS registrou 1 (uma) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

A reclamação foi considerada improcedente e resolvida dentro dos prazos legais.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Tiros, MG, 26 de Fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

Freud Gontijo Dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Antonelly Sousa Silva

Celso Faria de Lima

Ermes Gonçalves de Castro

Fernanda Aparecida Lagares de Oliveira

Diretoria Executiva

Maria Leila Martins

Diretora Executiva

Jose Luiz Ferreira de Araujo

Diretor Executivo

Carlos Henrique Mendes

Diretor Executivo

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA.
SICOOB CREDITIROS
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

			Em Reais
Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		150.661.993,28	100.439.570,74
Circulante		103.552.008,06	71.194.517,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	54.204.674,84	28.883.690,68
Disponibilidades		594.133,90	491.634,59
Centralização Financeira - Cooperativas		53.610.540,94	28.392.056,09
Operações de Crédito	5	49.160.675,00	42.073.622,98
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		22.555.309,06	22.716.037,50
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(801.158,30)	(1.303.038,68)
Financiamentos		3.187.321,23	2.371.297,44
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(114.762,64)	(44.518,84)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		25.021.692,90	18.631.576,68
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(687.727,25)	(297.731,12)
Outros Créditos	6	149.496,57	215.809,35
Créditos por Avais e Fianças Honradas		967,12	15.863,10
Rendas a Receber		90.424,61	106.812,08
Diversos		59.067,52	103.588,36
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		4,44	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(967,12)	(10.454,19)
Outros Valores e Bens	7	37.161,65	21.394,40
Despesas Antecipadas		37.161,65	21.394,40
Não Circulante		47.109.985,22	29.245.053,33
Realizável a Longo Prazo		41.096.627,09	23.751.938,84
Operações de Crédito	5	40.894.540,19	23.551.796,22
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		11.004.862,02	5.188.239,20
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(577.004,21)	(426.051,06)
Financiamentos		5.372.727,54	3.954.986,56
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(185.291,17)	(65.173,96)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		25.689.532,20	15.150.756,62
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(410.286,19)	(250.961,14)
Outros Créditos	6	202.086,90	200.142,62
Devedores por Depósitos em Garantia		202.086,90	200.142,62
Permanente		6.013.358,13	5.493.114,49
Investimentos	8	4.144.899,42	3.653.989,19
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.106.453,00	3.615.542,77
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		38.446,42	38.446,42
Imobilizado de Uso	9	1.782.738,52	1.747.845,53
Imobilizado de Uso		2.603.215,52	2.538.150,69
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(820.477,00)	(790.305,16)
Intangível	10	85.720,19	91.279,77
Ativos Intangíveis		119.173,78	103.174,10
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(33.453,59)	(11.894,33)
Total do Ativo		150.661.993,28	100.439.570,74
PASSIVO		126.022.135,76	78.534.699,31
Circulante		100.755.207,95	63.624.301,69
Depósitos	11	82.041.084,29	49.406.939,66
Depósitos à Vista		35.605.215,53	18.187.186,94
Depósitos à Prazo		46.435.868,76	31.219.752,72
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	914.397,68	170.133,82
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		914.397,68	170.133,82
Relações Interfinanceiras	13	16.031.545,48	11.823.586,24
Repasse Interfinanceiros		16.031.545,48	11.823.586,24

Relações Interdependências	14	17.994,05	65.492,52
Recursos em Trânsito de Terceiros		17.994,05	65.492,52
Outras Obrigações	15	1.750.186,45	2.158.149,45
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		123,91	16.441,70
Sociais e Estatutárias		741.961,03	619.278,94
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		223.217,16	218.656,74
Diversas		784.884,35	1.303.772,07
Não Circulante		25.266.927,81	14.910.397,62
Relações Interfinanceiras	13	24.857.760,48	14.506.105,28
Repasses Interfinanceiros		24.857.760,48	14.506.105,28
Outras Obrigações	15	409.167,33	404.292,34
Provisões Trabalhistas, Ficais e Cíveis		407.811,01	404.255,16
Diversas		1.356,32	37,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.639.857,52	21.904.871,43
Capital Social		12.355.929,90	11.630.112,15
De Domiciliados No País		12.355.929,90	11.631.312,15
(-) Capital A Realizar		-	(1.200,00)
Reserva de Sobras		8.407.979,30	6.701.260,98
Sobras ou Perdas Acumuladas	17.d	3.875.948,32	3.573.498,30
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		150.661.993,28	100.439.570,74
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-

					Em Reais
Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		6.227.105,16	11.886.877,85	5.859.097,21	11.482.903,16
Operações de Crédito	5.h	5.781.013,56	10.912.716,97	5.127.664,70	10.036.154,43
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	446.091,60	974.160,88	731.432,51	1.446.748,73
Dispêndio da Intermediação Financeira		(1.887.210,39)	(3.929.351,45)	(1.694.861,87)	(4.071.763,83)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(424.362,58)	(990.623,14)	(766.883,63)	(1.477.817,97)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.a	(1.109.255,26)	(2.148.839,70)	(996.461,19)	(1.946.061,34)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(353.592,55)	(789.888,61)	68.482,95	(647.884,52)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.339.894,77	7.957.526,40	4.164.235,34	7.411.139,33
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.371.007,64)	(2.933.750,55)	(1.373.458,09)	(2.802.792,72)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		841.287,65	1.570.190,27	673.377,42	1.231.600,63
Rendas (Ingressos) de Tarifas		542.711,75	1.061.141,73	502.465,15	968.945,19
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(1.803.034,23)	(3.585.710,11)	(1.660.507,74)	(3.374.882,15)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(950.431,55)	(1.934.499,79)	(961.126,75)	(1.796.123,70)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(72.743,89)	(139.019,65)	(58.349,93)	(110.405,75)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	193.716,54	410.756,17	286.285,06	586.261,53
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(84.682,79)	(245.683,85)	(130.696,16)	(254.288,04)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(2.312,09)	(3.555,85)	(5.403,40)	(7.569,26)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(35.519,03)	(67.369,47)	(19.501,74)	(46.331,17)
Resultado Operacional		2.968.887,13	5.023.775,85	2.790.777,25	4.608.346,61
Outras Receitas e Despesas	21	(8.618,32)	(9.366,47)	(3.659,61)	(5.001,89)
Lucros em Transações com Valores e Bens		1.366,71	1.366,71	-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(2.915,36)	(2.915,36)	-	-
Outras Receitas		0,01	200,01	21,34	31,81
Outras Despesas		(7.069,68)	(8.017,83)	(3.680,95)	(5.033,70)
Resultado Antes da Tributação e Participações		2.960.268,81	5.014.409,38	2.787.117,64	4.603.344,72
Imposto de Rendas		(95.577,55)	(167.547,09)	(68.406,24)	(121.838,95)
Contribuição Social		(60.636,51)	(111.795,06)	(48.255,77)	(87.733,19)
Participações nos Resultados de Empregados		(38.988,14)	(93.219,59)	(43.492,26)	(86.984,52)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		2.765.066,61	4.641.847,64	2.626.963,37	4.306.788,06
Destinações Legais e Estatutárias		-	(765.899,32)	-	(733.289,76)
FATES		-	(309.905,40)	-	(312.878,20)
Reserva Legal		-	(455.993,92)	-	(420.411,56)
Sobras/Perdas Líquidas		2.765.066,61	3.875.948,32	2.626.963,37	3.573.498,30
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA.
SICOOB CREDITIROS
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

DRA	Notas	Em Reais			
		2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		2.765.066,61	4.641.847,64	2.626.963,37	4.306.788,06
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		2.765.066,61	4.641.847,64	2.626.963,37	4.306.788,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

					Em Reais	
	Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais						
Sobras/Perdas Antes das Destinações			2.765.066,61	4.641.847,64	2.626.963,37	4.306.788,06
Juros ao Capital Recebido			(102.390,30)	(102.390,30)	(123.053,98)	(123.053,98)
Distribuição de Sobras e Dividendos			-	(124.407,44)	-	(61.194,74)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos			353.592,55	789.888,61	(68.482,95)	647.884,52
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas			35.519,03	67.369,47	19.501,74	46.331,17
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes			2.312,09	3.555,85	5.403,40	(82.432,02)
Atualização de Depósitos em Garantia			(700,52)	(1.944,28)	(1.972,87)	(4.138,73)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado			7.069,68	8.017,83	-	1.318,06
Depreciações e Amortizações			106.584,03	200.186,82	67.423,24	115.919,47
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações			3.167.053,17	5.482.124,20	2.525.781,95	4.847.421,81
Aumento (redução) em ativos operacionais						
Operações de Crédito			(12.142.465,49)	(25.219.684,60)	(5.477.903,56)	(11.713.991,98)
Outros Créditos			(77.431,10)	66.312,78	80.563,41	(20.796,72)
Outros Valores e Bens			53.711,66	(15.767,25)	21.562,71	(9.133,90)
Aumento (redução) em passivos operacionais						
Depósitos à Vista			11.205.796,44	17.418.028,59	1.298.090,40	4.689.453,00
Depósitos à Prazo			8.815.106,43	15.216.116,04	2.920.690,03	5.412.597,17
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio			101.712,69	744.263,86	170.133,82	170.133,82
Relações Interdependências			(994.214,97)	(47.498,47)	(95.796,33)	6.706,23
Relações Interfinanceiras			7.425.211,66	14.559.614,44	1.373.055,36	1.489.500,19
Outras Obrigações			137.453,04	(92.280,88)	706.600,34	886.440,88
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES			(178.674,91)	(178.674,91)	-	(134.979,53)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos			(81.908,44)	(81.908,44)	(102.672,42)	(102.672,42)
FATES Sobras Exercício			(227.996,96)	(227.996,96)	(210.205,78)	(210.205,78)
Imposto de Renda			(95.577,55)	(167.547,09)	(68.406,24)	(121.838,95)
Contribuição Social			(60.636,51)	(111.795,06)	(48.255,77)	(87.733,19)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais			17.047.139,16	27.343.306,25	3.093.237,92	5.100.900,63
Atividades de Investimentos						
Recebimento Dividendos			-	5.522,46	-	11.249,93
Distribuição Sobras da Central			-	118.884,98	-	49.944,81
Alienação de Imobilizações de Uso			3.048,66	3.048,66	-	-
Aquisição de Intangível			(15.999,68)	(15.999,68)	(4.750,00)	(99.750,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso			(77.516,14)	(224.587,04)	(252.484,69)	(538.376,33)
Aquisição de investimentos			(445.737,14)	(490.910,23)	(123.053,98)	(164.669,59)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos			(536.204,30)	(604.040,85)	(380.288,67)	(741.601,18)
Atividades de Financiamentos						
Aumento por Novos Aportes de Capital			71.621,33	148.484,17	55.274,34	110.061,12
Devolução de Capital à Cooperados			(336.376,50)	(482.714,23)	(253.028,89)	(402.211,26)
Estorno de Capital			-	-	-	(150,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar			(35.477,97)	(35.477,97)	-	(20.009,58)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados			(1.048.573,21)	(1.048.573,21)	-	(793.872,10)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos			(1.348.806,35)	(1.418.281,24)	(197.754,55)	(1.106.181,82)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			15.162.128,51	25.320.984,16	2.515.194,70	3.253.117,63
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas						
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período			39.042.546,33	28.883.690,68	26.368.495,98	25.630.573,05
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período			54.204.674,84	54.204.674,84	28.883.690,68	28.883.690,68
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			15.162.128,51	25.320.984,16	2.515.194,70	3.253.117,63
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			-	-	(0,00)	

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA.
SICOOB CREDITIROS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		11.116.939,58	(400,00)	5.335.992,69	2.699.590,65	19.152.122,92
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	(134.979,53)	(134.979,53)
Constituição de Reservas		-	-	944.856,73	(944.856,73)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(793.872,10)	(793.872,10)
Ao Capital		805.872,71	-	-	(805.872,71)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(20.009,58)	(20.009,58)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		110.861,12	(800,00)	-	-	110.061,12
Por Devolução (-)		(402.211,26)	-	-	-	(402.211,26)
Estorno de Capital		(150,00)	-	-	-	(150,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	4.306.788,06	4.306.788,06
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(102.672,42)	(102.672,42)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	420.411,56	(420.411,56)	-
F A T E S		-	-	-	(210.205,78)	(210.205,78)
Saldo em 31/12/2019		11.631.312,15	(1.200,00)	6.701.260,98	3.573.498,30	21.904.871,43
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	(178.674,91)	(178.674,91)
Constituição de Reservas		-	-	1.250.724,40	(1.250.724,40)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.048.573,21)	(1.048.573,21)
Ao Capital		1.060.047,81	-	-	(1.060.047,81)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(35.477,97)	(35.477,97)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		147.284,17	1.200,00	-	-	148.484,17
Por Devolução (-)		(482.714,23)	-	-	-	(482.714,23)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	4.641.847,64	4.641.847,64
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(81.908,44)	(81.908,44)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	455.993,92	(455.993,92)	-
F A T E S		-	-	-	(227.996,96)	(227.996,96)
Saldo em 31/12/2020		12.355.929,90	-	8.407.979,30	3.875.948,32	24.639.857,52
Saldo em 30/06/2019		11.829.566,70	(1.700,00)	6.280.849,42	1.679.824,69	19.788.540,81
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		54.774,34	500,00	-	-	55.274,34
Por Devolução (-)		(253.028,89)	-	-	-	(253.028,89)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.626.963,37	2.626.963,37
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(102.672,42)	(102.672,42)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	420.411,56	(420.411,56)	-
F A T E S		-	-	-	(210.205,78)	(210.205,78)
Saldo em 31/12/2019		11.631.312,15	(1.200,00)	6.701.260,98	3.573.498,30	21.904.871,43
Saldo em 30/06/2020		11.561.337,26	(700,00)	6.701.260,98	5.450.279,33	23.712.177,57
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	(178.674,91)	(178.674,91)
Constituição de Reservas		-	-	1.250.724,40	(1.250.724,40)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.048.573,21)	(1.048.573,21)
Ao Capital		1.060.047,81	-	-	(1.060.047,81)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(35.477,97)	(35.477,97)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		70.921,33	700,00	-	-	71.621,33
Por Devolução (-)		(336.376,50)	-	-	-	(336.376,50)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.765.066,61	2.765.066,61
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(81.908,44)	(81.908,44)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	455.993,92	(455.993,92)	-
F A T E S		-	-	-	(227.996,96)	(227.996,96)
Saldo em 31/12/2020		12.355.929,90	-	8.407.979,30	3.875.948,32	24.639.857,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA.
SICOOB CREDITIROS**

CNPJ: 42.880.617/0001-99 - Autorização Funcionamento - BACEN: 92000047897- Nire: 31400006109

Praça Santo Antonio,16 - Cep: 38.880-000 - Centro - Tiros/MG

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)**

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE TIROS E MATUTINA LTDA. - SICOOB CREDITIROS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 26/04/1992, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDITIROS, sediada à praça Santo Antônio, nº 16, Centro, Tiros/MG, possui Postos de Atendimento (PA's) na cidade de Matutina.

O SICOOB CREDITIROS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada Diretoria Executiva em 26/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O SICOOB CREDITIROS, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

- Aprovação do Plano de continuidade operacional – Pandemia Coronavírus (COVID-19); com a criação do Comitê de Gestão de Crises. O Plano descreve os procedimentos a serem seguidos pelo Sicoob Creditiros, além de fornecer informações adicionais para a manutenção de um ambiente institucional seguro e medidas emergenciais no contexto da identificação de casos suspeitos e/ou confirmados do Coronavírus (COVID-19), bem como envidar mecanismos de manutenção das atividades operacionais, assegurando a continuidade dos negócios da entidade. O documento foi baseado em instruções do Ministério da Saúde (MS) e integra informações adicionais sobre boas práticas para a prevenção de contaminação e disseminação do COVID-19. Conforme algumas das ações abaixo:

Clientes e associados:

- Alteração do horário de atendimento, com horário exclusivo para idoso e portadores de necessidades especiais;
- Parceria com Secretaria de Saúde para evitar aglomeração e manter distanciamento necessário;
- Uso de termômetro na entrada da agência e disponibilização de álcool gel;
- Contratação de mais um profissional de limpeza para execução programada.

Dirigentes e colaboradores:

- EPI recomendado e necessário (máscara, luva, álcool gel, etc.)
- Rodízio de Funcionários no primeiro mês de pandemia;
- Contratação de Psicólogo para atendimento e acompanhamento semanal para funcionários que demonstraram interesse.

Empréstimos

- Prorrogação das parcelas das Operações de Crédito;
- Criação de linha nova com taxa de 0,54 com prazo até 30 meses;
- Redução das taxas de várias linhas de empréstimo;
- Isenção de IOF em todas as operações de crédito, conforme determinação do governo;
- Aumento do prazo de negativação.

Cartão

- Aumento dos limites de Cartão de Crédito em até 50%;
- Redução da taxa de Juros do Cartão de Crédito de 6,10% para 2,90%;
- Bônus de 50% na troca de pontos do Cartão;
- Redução da taxa de juros para antecipação Sipag de 2,89% para 1,29%.

Comunidade

- Doação de respiradores para hospitais da Matriz (Tiros) e PA (Matutina).
- Ação dia C para término da Obra do Asilo;
- Doação de máscaras para Secretaria de Saúde;
- Patrocínios e doações diversos em eventos online, como meio incentivo do distanciamento social.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	594.133,90	491.634,59
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	53.610.540,94	28.392.056,09
Total	54.204.674,84	28.883.690,68

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 974.160,88 e R\$ 1.446.748,73.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	74.124,41	-	74.124,41	85.567,99
Cheque Especial / Conta Garantida	537.829,93	-	537.829,93	661.858,13
Empréstimos	17.194.724,24	11.004.862,02	28.199.586,26	22.152.617,92
Financiamentos	3.187.321,23	5.372.727,54	8.560.048,77	6.326.284,00
Títulos Descontados	4.748.630,48	-	4.748.630,48	5.004.232,66
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.021.692,90	25.689.532,20	50.711.225,10	33.782.333,30
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(1.603.648,19)	(1.172.581,57)	(2.776.229,76)	(2.387.474,80)
Total	49.160.675,00	40.894.540,19	90.055.215,19	65.625.419,20

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	3.644.855,76	-	3.930.224,85	-
A	0,50%	Normal	46.739.649,68	(233.698,31)	33.012.170,45	(165.060,86)
B	1%	Normal	25.106.025,69	(251.060,32)	15.864.279,21	(158.642,80)
B	1%	Vencidas	58,58	(0,59)	21.666,21	(216,66)
C	3%	Normal	10.542.413,65	(316.272,49)	7.964.076,45	(238.922,30)
C	3%	Vencidas	30.524,62	(915,74)	85.230,29	(2.556,90)
D	10%	Normal	3.074.308,20	(307.430,90)	4.023.106,40	(402.310,66)
D	10%	Vencidas	180.227,56	(18.022,76)	23.269,25	(2.326,93)
E	30%	Normal	2.484.562,82	(745.369,04)	1.941.783,62	(582.535,11)
E	30%	Vencidas	61.408,44	(18.422,54)	157.077,02	(47.123,11)
F	50%	Normal	142.977,22	(71.488,63)	385.739,33	(192.869,67)
F	50%	Vencidas	4.020,54	(2.010,27)	17.884,25	(8.942,13)
G	70%	Normal	29.580,09	(20.706,07)	-	-
G	70%	Vencidas	-	-	1.396,66	(977,66)
H	100%	Normal	738.442,10	(738.442,10)	246.834,35	(246.834,35)
H	100%	Vencidas	52.390,00	(52.390,00)	338.155,66	(338.155,66)
Total Normal			92.502.815,21	(2.684.467,87)	67.368.214,66	(1.987.175,75)
Total Vencido			328.629,74	(91.761,89)	644.679,34	(400.299,05)
Total Geral			92.831.444,95	(2.776.229,76)	68.012.894,00	(2.387.474,80)
Provisões			(2.776.229,76)	-	(2.387.474,80)	-
Total Líquido			90.055.215,19	-	65.625.419,20	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	4.693.961,00	12.500.763,24	11.004.862,02	28.199.586,26
Títulos Descontados	-	4.416.344,62	332.285,86	-	4.748.630,48
Financiamentos	-	721.303,72	2.466.017,51	5.372.727,54	8.560.048,77
Financiamentos Rurais	-	6.034.662,12	18.987.030,78	25.689.532,20	50.711.225,10
Adiantamento a Depositantes	74.124,41	-	-	-	74.124,41
Cheque Especial / Conta Garantida	537.829,93	-	-	-	537.829,93
Total	611.954,34	15.866.271,46	34.286.097,39	42.067.121,76	92.831.444,95

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/20	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.104.275,25	28.337,21	-	3.132.612,46	3%
Setor Privado - Indústria	-	42.692,30	-	42.692,30	0%
Setor Privado - Serviços	6.662.701,04	953.264,94	-	7.615.965,98	8%
Pessoa Física	23.729.696,20	7.492.685,85	50.711.225,10	81.933.607,15	88%
Outros	63.498,59	43.068,47	-	106.567,06	0%
TOTAL	33.560.171,08	8.560.048,77	50.711.225,10	92.831.444,95	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	2.387.474,80	2.298.536,20
Constituições/Reversões no período	799.375,68	649.156,04
Transferência para Prejuízo no período	(410.620,72)	(560.217,44)
Total	2.776.229,76	2.387.474,80

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.434.245,28	1,54%	1.317.160,76	1,94%
10 Maiores Devedores	11.756.348,47	12,66%	9.844.798,35	14,47%
50 Maiores Devedores	35.113.221,82	37,80%	27.471.612,27	40,38%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	765.120,32	290.954,77
Valor das operações transferidas no período	410.620,72	560.217,44
Valor das operações recuperadas no período	(523.395,08)	(74.161,32)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(303.254,57)	(11.890,57)
Total	349.091,39	765.120,32

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	60.878,08	124.667,93	67.310,35	157.180,71
Rendas de Empréstimos	2.566.274,00	5.227.811,55	2.786.242,87	5.725.427,01
Rendas de Títulos Descontados	340.988,30	744.364,49	494.516,63	993.193,54
Rendas de Financiamentos	471.411,95	910.741,43	352.089,66	566.397,60
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	593.125,86	1.505.888,53	973.308,33	1.494.879,59
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	59.648,67	105.693,46	62.118,95	284.386,24
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	1.151.521,78	1.561.514,70	202.205,11	619.870,77
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados de LCA	16.004,24	208.639,80	120.657,65	120.657,65
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	521.160,68	523.395,08	69.215,15	74.161,32
Total	5.781.013,56	10.912.716,97	5.127.664,70	10.036.154,43

6. Outros créditos

Referem-se às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Créditos por Avais e Fianças Honrados	967,12	-	15.863,10	-
Rendas a Receber	90.424,61	-	106.812,08	-
Rendas da Centralização Financeira - Cooperativa Central	90.168,92	-	106.812,08	-
Outras Rendas a Receber	255,69	-	-	-
Diversos	59.067,52	-	103.588,36	-
Adiantamentos	32.937,24	-	30.692,82	-
Títulos e Créditos a Receber (a)	26.070,28	-	28.900,36	-
Diversos (b)	60,00	-	43.995,18	-
Depósitos em Garantia (c)	-	202.086,90	-	200.142,62
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	4,44	-	-	-
(-) Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (d)	(967,12)	-	(10.454,19)	-
Total	149.496,57	202.086,90	215.809,35	200.142,62

- (a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Tarifas (R\$26.070,28);
- (b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar - Bancoob (R\$60,00);
- (c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$32.237,02), Cofins - Depósito Judicial (R\$169.849,88);
- (d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	-	-	-	5.371,37	(1.611,41)
F	50%	-	-	-	3.297,91	(1.648,96)
H	100%	967,12	967,12	(967,12)	7.193,82	(7.193,82)
Total Geral		967,12	967,12	(967,12)	15.863,10	(10.454,19)
Provisões		(967,12)	(967,12)		(10.454,19)	
Total Líquido		-	-		5.408,91	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas	37.161,65	21.394,40
Total	37.161,65	21.394,40

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 37.161,65, referentes a Prêmios de Seguros (R\$5.755,04), Processamento de Dados (R\$23.861,42) e outros (R\$7.545,19).

8. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	4.106.453,00	3.615.542,77
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	38.446,42	38.446,42
Total	4.144.899,42	3.653.989,19

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	271.208,89	95.208,89
Edificações	4%	1.008.913,51	997.936,61
Imobilizações em Curso (a)	-	-	176.000,00
Instalações	10%	213.168,00	224.509,40
Móveis e Equipamentos	10%	372.736,49	368.817,22
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	539.276,89	483.504,28
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	108.540,28	102.802,83
Veículos	20%	89.371,46	89.371,46
Total		2.603.215,52	2.538.150,69
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(820.477,00)	(790.305,16)
Total		1.782.738,52	1.747.845,53

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Intangível

São demonstrados pelos custos de aquisição, menos a amortização acumulada. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Ativos Intangíveis estavam assim compostas:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento	Até 20% a.a.	95.000,00	95.000,00
Sistemas de Processamento de Dados	Até 20% a.a.	24.173,78	8.174,10
Total		119.173,78	103.174,10
(-) Amortizações Acumuladas do Intangível		(33.453,59)	(11.894,33)
Total		85.720,19	91.279,77

No exercício de 2019 o Sicoob Creditiros adquiriu através de uma licitação pública o direito de manter a folha de pagamento dos servidores públicos municipais da Cidade de Tiros, em consonância com a Lei Complementar 161 de janeiro de 2018 e a Resolução 4.659 publicada pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 26 de abril de 2018, que permitiu que as cooperativas movimentem recursos das entidades públicas municipais diretas e indiretas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à Vista	35.605.215,53	18.187.186,94
Depósitos à Prazo	46.435.868,76	31.219.752,72
Total	82.041.084,29	49.406.939,66

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.759.366,40	2,13%	1.609.303,94	3,00%
10 Maiores Depositantes	10.364.127,00	12,58%	8.451.229,53	17,00%
50 Maiores Depositantes	29.140.109,62	35,37%	19.379.839,35	39,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos à Prazo	(360.809,61)	(877.712,48)	(731.826,42)	(1.412.636,27)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(8.527,28)	(17.894,25)	(114,82)	(114,82)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(55.025,69)	(95.016,41)	(34.942,39)	(65.066,88)
Total	(424.362,58)	(990.623,14)	(766.883,63)	(1.477.817,97)

12. Recursos de aceite e emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	914.397,68	170.133,82
Total	914.397,68	170.133,82

13. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
BANCOOB - Relações Interfinanceiras	De 3,00% até 11,50% a.a.	Até 12/2025	16.031.545,48	24.857.760,48	11.823.586,24	14.506.105,28
Total			16.031.545,48	24.857.760,48	11.823.586,24	14.506.105,28

a) Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
BANCOOB	(1.109.255,26)	(2.148.839,70)	(996.461,19)	(1.946.061,34)
Total	(1.109.255,26)	(2.148.839,70)	(996.461,19)	(1.946.061,34)

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Concessionários de Serviços Públicos	17.827,66	53.839,63
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	166,39	11.652,89
Total	17.994,05	65.492,52

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	123,91	-	16.441,70	-
Sociais e Estatutárias	741.961,03	-	619.278,94	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	223.217,16	-	218.656,74	-
Diversas	784.884,35	1.356,32	1.303.772,07	37,18
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	407.811,01	-	404.255,16
Total	1.750.186,45	409.167,33	2.158.149,45	404.292,34

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	367.013,40	323.214,90
Cotas de Capital a pagar (b)	192.342,73	174.456,41
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	85.853,85	86.984,52
Gratificações e Participações a pagar	96.751,05	34.623,11
Total	741.961,03	619.278,94

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em fevereiro de 2021.

15.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	74.403,73	59.562,86
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	148.813,43	159.093,88
Total	223.217,16	218.656,74

(a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Despesas de Pessoal	270.306,44	-	324.738,95	-
Outras Despesas Administrativas (a)	184.075,52	-	119.287,95	-
Cheques Descontados (b)	37.390,00	-	622.051,33	-
Provisões para Garantias Prestadas (c)	57.599,95	1.356,32	31.586,30	37,18
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	131.812,35	-	77.331,72	-
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	27.145,04	-	27.972,56	-
Credores Diversos – País (d)	76.555,05	-	100.803,26	-
Total	784.884,35	1.356,32	1.303.772,07	37,18

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Seguro Prestamista (R\$179.909,77) e outros (R\$4.165,75);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;

(c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA		12.637,18	-	33.618,66	-
A	0,5%	1.880.508,60	(9.402,99)	1.403.337,20	(7.016,85)
B	1%	697.691,75	(6.976,86)	354.957,56	(3.549,57)
C	3%	334.039,00	(10.021,28)	183.309,45	(5.499,32)
D	10%	73.954,27	(7.395,45)	99.431,06	(9.943,12)
E	30%	83.619,65	(25.085,92)	18.715,39	(5.614,62)
F	50%	3,20	(1,60)	-	-
G	70%	103,10	(72,17)	-	-
Total		3.082.556,75	(58.956,27)	2.093.369,32	(31.623,48)

(d) Referem-se a Pendências a Regularizar Bancoob (R\$76.455,05) e outros (R\$100,00);

15.4 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Fiscais (a)	407.811,01	404.255,16
Total	407.811,01	404.255,16

a) Refere-se a provisão para: Pis (R\$32.237,02), Cofins (R\$169.849,88), Cofins (R\$205.724,11).

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDITIROS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e à prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	12.355.929,90	11.630.112,15
Associados	3.402	3.152

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da seguinte forma:

Sobras Líquidas antes das destinações legais e estatutárias - 2019	4.306.788,06
FATES - Fundo Obrigatório conforme estatuto social	(312.878,20)
Reserva Legal - Fundo Obrigatório conforme estatuto social	(420.411,56)
Sobras a Disposição da AGO - 2019	3.573.498,30
Assim Distribuídas:	
Capital Social	1.060.047,81
Reserva Legal	1.250.724,40
FATES	178.674,91
Conta Corrente	1.048.573,21
Conta Corrente ex-associado	35.477,97

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	4.641.847,64	4.306.788,06
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(81.908,44)	(102.672,42)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.559.939,20	4.204.115,64
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 10%	(455.993,92)	(420.411,56)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(227.996,96)	(210.205,78)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.875.948,32	3.573.498,30

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado bruto de atos não cooperativos	73.4261,63	572.648,94
Despesas/Receitas específicas de atos não cooperativos	(9.366,47)	(5.001,89)
Resultado de atos não cooperativos antes do IR e CSLL	724.895,16	567.647,05
(-) Imposto de Renda e CSLL	(279.342,15)	(209.572,14)
Resultado de atos não cooperativos antes das deduções	445.553,01	358.074,91
(-) Dedução de Receitas com Associados	(363.644,56)	(255.402,49)
Resultado líquido de atos não cooperativos	81.908,44	102.672,42

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

19. Outras Receitas/Ingressos Operacionais

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	3.376,57	10.580,80	79.714,45	149.001,28
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	21.881,13	40.036,68	26.947,86	52.193,64
Reversão de Provisão para Contingências	-	-	-	90.001,28
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	5.522,46	-	11.249,93
Rendas de Cartões e Adquirência	65.199,41	131.228,06	53.598,46	105.680,11
Atualização de Depósitos Judiciais	700,52	1.944,28	1.972,87	4.138,73
Sobras Recebidas da Central	-	118.884,98	-	49.944,81
Juros ao Capital Recebidos da Central	102.390,30	102.390,30	123.053,98	123.053,98
Outras Receitas	168,61	168,61	997,44	997,77
Total	193.716,54	410.756,17	286.285,06	586.261,53

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Tiros e Matutina Ltda.
SICOOB CREDITIROS

Tiros/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Tiros e Matutina Ltda. - SICOOB CREDITIROS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDITIROS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 17 de março de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
FELIPE RODRIGUES BEIRAL
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC 90.766
CNAI 2994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDITIROS – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Tiros e Matutina Ltda, reunido em 23/02/2021, em cumprimento ao Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu ao minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao encerramento do 2º semestre do exercício de 2020, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDITIROS- Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Tiros e Matutina Ltda, em 31 de dezembro de 2020.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das contas apresentadas pela Diretoria, referente ao 2º semestre do exercício de 2020.

Tiros/Mg, 23 de Fevereiro de 2021

José Augusto de Lima Neto
Coordenador do Conselho Fiscal

Rubens Bomtempo
Secretário do Conselho Fiscal

Altamir Gonçalves de Lima
Conselheiro Fiscal- Efetivo